



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007020-66.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **ROSEANE RIGO**
Requerido: **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em outubro de 2017 adquiriu um automóvel que especificou e deu como parte do pagamento um outro de sua propriedade.

Alegou ainda que depois de alguns meses desfez o negócio em razão de diversos problemas naquele que comprou, recebendo de volta o que dera como parte do pagamento.

Salientou que ao tentar fazer o licenciamento desse veículo soube que pesava contra o mesmo uma intenção de gravame lançada pela ré a partir de contrato celebrado com a pessoa com quem havia firmado a transação de início aludida, sem a sua concordância, de sorte que almeja à condenação da mesma a baixar tal gravame.

A matéria preliminar arguida pela ré em contestação não merece prosperar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso porque inexistia preceito legal que obrigasse a autora a previamente buscar a solução do litígio junto à ré antes de propor a presente ação.

Como se não bastasse, a oferta da peça de resistência atesta a oposição à postulação lançada, de sorte a reforçar a convicção de que o processo é útil e necessário para a finalidade buscada pela autora.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, o documento de fls. 03/04 demonstra a propriedade do automóvel trazido à colação em favor da autora, ao passo que o documento de fl. 06 revela a existência de gravame sobre o mesmo implementado pela ré.

Ela não esclareceu em momento algum em que circunstâncias esse gravame foi concebido e muito menos como isso teria sucedido à revelia da autora, legítima proprietária do bem.

É importante destacar que a contestação não se ocupou dos fatos articulados pela autora, não contendo qualquer impugnação específica e concreta dos mesmos.

Ao contrário, a ré se limitou a refutar a ocorrência de dano moral sequer objeto do pleito exordial.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, não tendo a ré patenteado que tivesse respaldo para lançar o gravame e igualmente que ele poderia continuar produzindo efeitos.

Deverá, assim, diligenciar a sua baixa e isso haverá de ocorrer de imediato, independentemente do trânsito em julgado da presente, porque estão presentes os pressupostos para a pronta concessão da tutela de urgência (relevância dos fatos trazidos à colação e perspectiva de dano de incerta reparação à autora se mantido o *status quo*).

Por oportuno, ressalvo que até mesmo pelo pedido envolver a aplicação de multa a possível supressão da vontade da ré será apreciada oportunamente, se necessário.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de quinze dias, **contados de sua intimação da presente**, baixar o gravame tratado nos autos (fls. 05/06), sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se a ré pessoalmente desde já para imediato cumprimento da obrigação que lhe foi imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 14 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**